



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil

Número 4

Novembro de 2001

**Matriz de Fluxo de Fundos:
Definição e Harmonização das Contas Financeiras**
Definição e Harmonização das Contas Financeiras
Márcio Silva de Araújo

ISSN 1519-7212
CGC 00.038.166/0001-05

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil	Brasília	n. 4	nov	2001	P. 1 - 30
--	----------	------	-----	------	-----------

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil

As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente do(s) autor(es) e não refletem a visão do Banco Central do Brasil, exceto no que se refere a notas metodológicas.

Coordenação:

Departamento Econômico (Depec)

(e-mail: depec@bcb.gov.br)

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, nº 4, novembro/2001.

Controle Geral de Assinaturas

Banco Central do Brasil
Demap/Disud/Subip
SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício-Sede - 2º Subsolo
Caixa Postal 8670
70074-900 - Brasília (DF)
Telefone (61) 414-3165
Fax (61) 414-1359

Convenções Estatísticas

- ... dados desconhecidos.
 - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.
A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Informações do Banco Central do Brasil

Endereço:	Secre/Surel/Dinfo	Telefones:	(61) 414 (...) 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406
	Edifício-Sede, 2º subsolo	DDG	0800 992345
	SBS - Quadra 3, Zona Central	FAX	(61) 321 9453
	70074-900 - Brasília (DF)		
Internet:	http://www.bcb.gov.br		
E-mail:	cap.secre@bcb.gov.br		

Apresentação

A institucionalização da série Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, cuja gestão compete ao Departamento Econômico (Depec), promove a divulgação de trabalhos de elaboração econômica que tenham interesse não apenas teórico, mas também conjuntural e metodológico, refletindo desse modo o trabalho gerado por funcionários da instituição em todas as suas áreas de atuação. Igualmente, poderão fazer parte da série trabalhos que, embora realizados externamente, tenham recebido suporte institucional do Banco Central.

Matriz de Fluxo de Fundos: Definição e Harmonização das Contas Financeiras

MÁRCIO SILVA DE ARAÚJO

Resumo: a construção de contas financeiras como base de dados para análise econômica teve uma evolução inicial distinta das contas nacionais tradicionais. A evolução do sistema de contas permitiu a incorporação desse instrumento estatístico, dentro das chamadas Contas Econômicas Integradas. Essa incorporação traz uma visualização mais clara dos vínculos entre os setores real e financeiro da economia. Desse modo, a definição do que se entende por Matriz de Fluxo de Fundos, no Sistema de Contas Nacionais, permite-nos incorporar em um único sistema contábil, mais abrangente, análises financeiras e não financeiras da economia. O processo de harmonização metodológica dos diversos sistemas de contabilidade existentes tem seu desfecho com a publicação do Sistema de Contas Nacionais, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e outros, em 1993. Essa busca pela harmonização com outros sistemas internacionais de estatísticas foi bem mais significativa do que nas versões anteriores, indicando uma trajetória de conciliação de objetivos por parte dos diversos agentes produtores de estatística. Nessa direção, identificam-se questões de ordem metodológica nesse processo quando tratamos do caso das contas financeiras. Para o Brasil, podemos verificar que ainda caminhamos no sentido de incorporar a contabilidade financeira no sistema de contas preconizado pela ONU.

Sumário

1. Introdução	9
2. A definição do instrumento contábil	11
2.1 – Antecedentes	11
2.2 – A ligação da MFF com outras contas	13
2.3 – Um exemplo com setores institucionais brasileiros	15
2.4 – Usos potenciais do MFF	17
3. Questões metodológicas e harmonização de sistemas	18
3.1 – Identificando questões	19
3.2 – A revisão do SCN 1968: antecipando novas necessidades	21
3.3 – O sistema de contas do FMI	24
4. Contas financeiras: o caso brasileiro	25
5. Considerações finais	27
Referências bibliográficas	29

Matriz de Fluxo de Fundos: Definição e Harmonização das Contas Financeiras¹

MÁRCIO SILVA DE ARAÚJO²

1. Introdução

O uso da contabilidade nacional por parte dos pesquisadores em economia está associado geralmente a Keynes e ao seu texto mais conhecido, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*³. Contudo, foi com o livro *Como Pagar pela Guerra* que Keynes apresenta mais claramente a estrutura que viria a ser desenvolvida no período que antecedeu a primeira versão das Nações Unidas para o Sistema de Contas Nacionais (SCN)⁴. O modo como Keynes entendia o funcionamento da economia influenciou fortemente o desenvolvimento dos sistemas contábeis que se sucederam.

A estrutura das economias nacionais transformou-se durante os 25 anos posteriores à publicação da penúltima versão do SCN, a de 1968. Juntamente com essas mudanças, novos problemas passaram a ser incorporados pela política econômica dos diversos países. Como exemplos, temos a inflação tornando-se um problema central de política; ou a mudança no papel dos governos, em particular nos países que passaram por transição para economia de mercado. Paralelamente, as atividades no setor de serviços adquiriram importância cada vez maior, em especial as relacionadas às áreas de comunicação e informática. As instituições financeiras e os mercados também se tornaram mais sofisticados, com o incremento no número e na complexidade dos instrumentos financeiros.

A contabilidade sob a forma de Matriz de Fluxo de Fundos (MFF) surgiu da preocupação com a política monetária e com os mecanismos de crédito após a segunda Grande Guerra. Necessitava-se de um sistema de fluxo de fundos que complementasse as informações do setor real da economia americana. Nesse contexto, o trabalho pioneiro de Copeland (1947) mostrava o desenvolvimento do padrão de financiamento da economia americana para o período de 1936 a 1942, e serviu de base para a Matriz que viria a ser adotada naquele país⁵.

1/ Agradeço ao professor Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima pelos comentários e sugestões indispensáveis ao desenvolvimento deste trabalho. Naturalmente, os erros que possam existir são de inteira responsabilidade do autor. Adicionalmente, as opiniões apresentadas ao longo do texto não refletem, necessariamente, o ponto de vista do Banco Central do Brasil.

2/ Economista do Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep).

3/ *The General Theory of Employment, Interest and Money* (KEYNES, J. M., 1936).

4/ A referência *How to Pay for the War* (KEYNES, J. M., 1940) é amplamente discutida em NUNES, E. P. (1998), que mostra como a adoção por Keynes do método das partidas dobradas nas contas nacionais superava o cálculo tradicional da renda nacional. Esse sistema é posteriormente desenvolvido por Meade e Stone em 1941.

5/ Outra referência a ser citada é COPELAND, M. A. (1952).

Embora historicamente o desenvolvimento da contabilidade de fluxo de fundos tenha tido origem diversa da do cálculo da renda e do produto nacional, essa distinção foi perdendo significado ao longo do tempo. O SCN procurou dar maior ênfase sobre o tratamento das operações financeiras na economia, inicialmente de modo pouco consistente, como em sua primeira versão oficial em 1953, e posteriormente de modo mais explícito, como nas versões e revisões posteriores⁶.

A evolução da contabilidade financeira no SCN, com a definição da MFF no novo sistema, apresenta-se associada à discussão metodológica da construção do sistema. Como pano de fundo, temos uma trajetória de harmonização que busca compatibilizar as diferentes metodologias de apuração de dados sócio-econômicos.

Ao longo desse processo de construção do SCN, podemos observar a convergência de três trajetórias distintas de sistemas estatísticos: os sistemas associados à contabilidade nacional; a contabilidade feita conforme recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI); e a de Matrizes ou Tabelas de Insumo-Produto (MIP) e de Fluxo de Fundos. De um modo geral, verifica-se que as contas nacionais dos países mais avançados, assim como os sistemas regionais, convergem para um único sistema: o SCN de 1993. A MFF passa a ser incorporada nas Contas Econômicas Integradas, que inclui as Patrimoniais, enquanto a MIP é trazida para o contexto das Contas de Recursos e Usos⁷.

No caso brasileiro, podemos verificar a tentativa de se acompanhar os desenvolvimentos metodológicos que ocorrem nos países de ponta. Pode-se antever para as contas financeiras um espaço para integração dentro do que é proposto pelo SCN 1993.

Para apresentar essa discussão, este artigo foi dividido em cinco tópicos, incluindo esta introdução e as considerações finais.

O item 2 busca definir a MFF no contexto do sistema de contas preconizado pela ONU, dando respaldo a futuras análises com base nesse tipo de informação. Os antecedentes desse processo são descritos inicialmente, apresentando a concepção de MFF no SCN 1968. Embora essa versão do SCN já incorporasse os principais elementos na definição do que se entende hoje por MFF, essa tem sua versão final no SCN 1993. Essa última versão introduz outras formas de apresentação do sistema, com sugestões de definição de instrumentos e setores, e um leque de alternativas que parece atender a qualquer tipo de leitura teórica dos dados apresentados. Ao apresentarmos um exemplo de conta financeira, fica também mais claro o entendimento dos possíveis usos para esse instrumento.

O item 3 descreve as considerações metodológicas incorporadas na MFF, resultantes de alguns pontos de discussão. Embora esses pontos de discussão estivessem restritos às contas financeiras, podemos identificar questões comuns a outras partes do sistema de contas. O caminho para se chegar ao modelo proposto no SCN 1993 passou

6/ Os sistemas de 1968 e 1993 passaram a apresentar as contas financeiras das instituições, de modo que o tratamento dos sistemas de contas deixasse de ser apenas um sistema de partidas dobradas, passando a ser um sistema de partidas quádruplas (NUNES, E. P., 1998).

7/ Outras contas também compõem o chamado Quadro Geral do SCN, mas essas são as principais.

por esses questionamentos, não podendo ser desconsiderados quando se analisam as informações apresentadas. Ao explicitarmos a trajetória de harmonização de diversos sistemas de contabilidade nacional, conseguimos compreender a dificuldade em integrá-los. A ênfase é dada sobre as contas financeiras, com a idéia central de que caminhamos para um sistema padrão internacional, permitindo comparabilidade com as informações produzidas e divulgadas em todo o mundo.

O item 4 procura revelar a situação do Brasil nesse processo de evolução e harmonização de sistemas, com ênfase ao papel desempenhado pelos principais atores quando tratamos de contas financeiras: o Banco Central do Brasil (Bacen) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nas considerações finais, os principais tópicos de discussão do texto são revistos.

2. A definição do instrumento contábil

A conta financeira tem por função específica mostrar por quais instrumentos a capacidade de financiamento é empregada ou como a necessidade de financiamento é satisfeita. Esses valores são idênticos ao saldo final das contas não financeiras, na conta de capital. A contraposição do saldo da conta financeira dá-se, desse modo, com o da conta de capital.

É na conta de capital onde os gastos na formação bruta de capital (investimento) são contrapostos com a poupança interna de cada setor institucional, resultando na identificação de sua capacidade (poupança superior a investimento) ou necessidade de financiamento (caso contrário). O bloco composto pela conta de capital, representando excessos ou não de gastos na formação de capital, e pela conta financeira, traduzindo a alocação financeira dos recursos reais através dos vários instrumentos, define a matriz de fluxos de fundos⁸. Podemos, assim, explicitar os relacionamentos entre poupança, investimento e fluxos financeiros para cada setor institucional e, de modo integrado, para toda a economia.

2.1 – Antecedentes

A primeira versão que se assemelha à mais moderna do SCN surge em 1939, sob o patrocínio da Sociedade das Nações. Contudo, apenas no SCN 1953 podemos identificar as primeiras previsões de registro de contabilidade financeira. Nesse sistema, as contas financeiras não aparecem consolidadas em uma única tabela. Uma forma de se visualizar, ao menos em parte, um processo de fluxo de fundos no SCN de 1953 era ver o sistema apresentando os superávits setoriais que financiam o investimento real. Contudo, não se obtém qualquer informação sobre os fluxos de ativos e passivos financeiros pelos quais a poupança se move através do sistema financeiro para se

8/ Ou Contas de Acumulação que, genericamente, registram a aquisição e a cessão de ativos e passivos financeiros e não financeiros por unidades institucionais, através das operações ou como resultado de outros acontecimentos (ONU, 1993).

identificar com o investimento. Ou seja, os fluxos monetários ainda não são disponibilizados por instrumento financeiro correspondente, não apresentando de modo claro o enquadramento do lado financeiro.

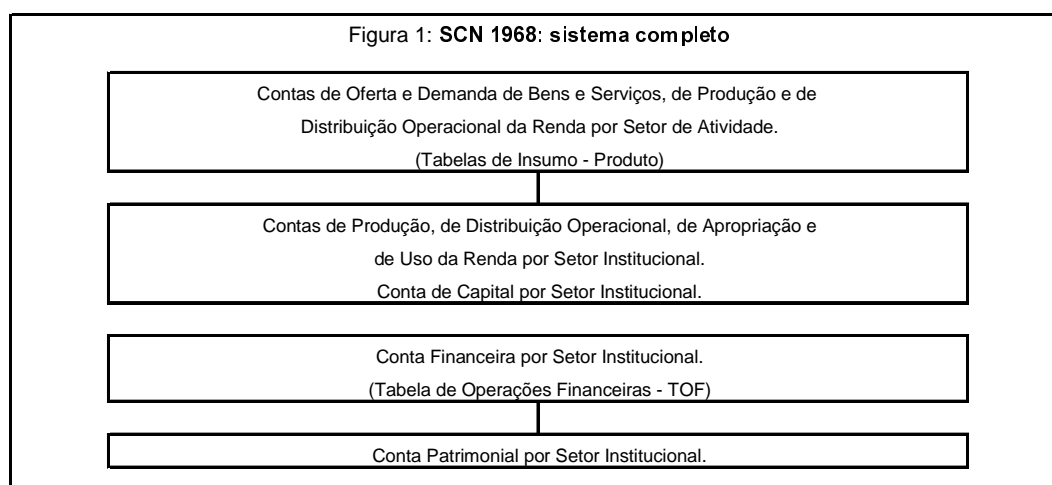
Não há também no SCN 1953 a identificação de instrumentos financeiros na interface poupança-investimento. A conta que, à primeira vista, parece ser uma conta de formação de capital para toda a economia, mostrando a formação doméstica de capital com seus métodos de captação financeira, só assume essa característica se consolidada com as três contas de reconciliação (famílias, governo e resto do mundo). Uma vez que as contas de reconciliação não chegaram a ser desenvolvidas, o SCN 1953 é insuficiente em termos de análise de fluxo de fundos, já que não se identificam os fluxos em termos de ativos e passivos financeiros (Dawson, 1991).

Foram posteriormente publicadas mais duas versões desse sistema (1960 e 1964), sempre no sentido de se construir um sistema mais abrangente.

De um modo geral, o SCN de 1968⁹ incorporou significativos avanços, em relação à terceira edição do SCN 1953 (ONU, 1953). Entre esses avanços, podemos destacar os de:

- a) desagregar a conta de produção em contas de entrada e saída;
- b) desagregar os empréstimos ou créditos líquidos em fluxos por setores financeiros;
- c) evidenciar as contas de rendimento e de despesa e as contas de capital por setores institucionais;
- d) considerar as contas de patrimônio para os setores e para a nação.

No SCN 1968 é apresentado um quadro central formado por quatro blocos de contas, interligadas entre si. Dentro desse quadro, é introduzida a Tabela de Operações Financeiras (TOF) representada no terceiro grupo, o das contas financeiras, conforme é mostrado na Figura 1. Como se verá, essas contas têm por função específica demonstrar como a capacidade de financiamento é empregada ou como a necessidade de financiamento é satisfeita.



9/ A referência para a primeira versão é ONU (1968).

A interligação entre os blocos de contas do SCN 1968, ocorre de forma diversa da versão de 1953. No SCN de 1968, essa interligação deve ser entendida como uma matriz de contas, com o balanço sendo feito pelos totais (total de recursos e usos de para cada tipo de transação e conta). Sob o ponto de vista do enfoque financeiro, o sistema de 1968 mostra dois avanços em relação ao de 1953: em primeiro lugar, a abertura das contas de capital e financeira permitia que se mostrassem os recursos e usos por setor institucional. Ou seja, essas contas detalhavam a variação líquida de passivos e a aquisição líquida de ativos financeiros, assim como a poupança (renda e gasto) e a formação de capital do setor. Além do mais, esses fluxos financeiros foram pela primeira vez definidos e classificados, não tendo caráter apenas residual. Tais dados permitiam uma análise muito útil e direta de como um setor se financiava e como contribuía para o financiamento de outros setores.

O segundo avanço estava na separação do setor financeiro dentre os setores domésticos. Isso era necessário para uma análise relevante dos fluxos financeiros, dada a relevância desempenhada pelos intermediários financeiros (banco central, bancos comerciais, entre outros) tanto em países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

No SCN de 1993 é mantida a representação da TOF como no SCN 1968. A Tabela 2, descrita mais adiante, apresenta um exemplo de TOF aplicada ao caso brasileiro. Podemos observar aí que continuam representados, nas colunas, os diferentes setores institucionais: empresas não financeiras, instituições de crédito e financiamento, seguradoras, administrações públicas, famílias e resto do mundo. Os diversos instrumentos financeiros, apresentados nas linhas, correspondem a meios de pagamento nacionais e internacionais, depósitos não monetários, títulos de renda fixa, títulos de renda variável, empréstimos e financiamentos, créditos comerciais e provisões técnicas de seguros.

2.2 – A ligação da MFF com outras contas

Conforme já visto, o objetivo principal das contas de fluxos de fundos é facilitar a análise da operação do sistema financeiro, ou seja, a interpretação das transações realizadas nos mercados financeiros pelos vários setores econômicos, relacionando-as com o comportamento dos agentes no lado real da economia.

A Tabela 1 mostra, na forma de balanço, como se abre o sistema apresentado na Figura 1. Essa tabela pode ser construída para cada setor institucional¹⁰. É claro que cada setor pode ser credor ou devedor em função de seu saldo na conta de capital, com correspondente na conta financeira. Esta permite verificar a forma como os recursos dos agentes superavitários são transferidos, por meio dos diferentes instrumentos financeiros, para os agentes deficitários. Contudo, ela não mostra os diversos credores de um mesmo devedor ou os diversos devedores de um único credor. Isso só é possível quando da apresentação sob a forma de tabelas *qui-à-qui* (de quem para quem)¹¹, conforme veremos mais adiante.

10/ A apresentação da Tabela 1 obedece ao preconizado pelo SCN 1993 em sua Estrutura Central, através das Contas Econômicas Integradas e compostas pelas Contas Correntes (Produção e Renda), Contas de Acumulação (Financeira e de Capital) e as de Patrimônio.

11/ Trata-se de nomenclatura adotada na França e que se difundiu no grupo brasileiro de contas financeiras quando da realização de visitas técnicas, resultantes de convênio assinado entre os dois países em 1987.

Tabela 1: SCN: Seqüência de contas de fluxos dos setores institucionais

USOS		RECURSOS
CONTA DE PRODUÇÃO Consumo Intermediário Valor Adicionado Bruto (PIB)		Produção
CONTA DE RENDA Consumo Final Poupança Bruta		Valor Adicionado Bruto (PIB) (- Renda Líquida Recebida do Exterior - Transferências Unilaterais Líquidas = Renda Nacional Disponível Bruta)
M A T R I Z	CONTA DE CAPITAL Formação Bruta de Capital Fixo Variação de Estoques Capacidade (+) Necessidade(-) líquida de financiamento	Poupança Bruta (+ Saldo em Transações Correntes [Poupança Externa]) = Variações no PL result. de poupança e de transferências de capital)
	CONTA FINANCEIRA - TOF Variação de ativos	Variação de passivos
F L U X O F U N D O S	Meios de Pagamento Internacionais Meios de Pagamento Nacionais Depósitos Não Monetários Títulos de Renda Fixa Títulos de Renda Variável Empréstimos e Financiamentos Créditos Comerciais Provisões Técnicas de Seguros	Meios de Pagamento Internacionais Meios de Pagamento Nacionais Depósitos Não Monetários Títulos de Renda Fixa Títulos de Renda Variável Empréstimos e Financiamentos Créditos Comerciais Provisões Técnicas de Seguros Capacidade (+) Necessidade(-) líquida de financiamento
CONTA DE VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO Variação de Ativos não Financeiros . Ativos Produzidos . Ativos não Produzidos Variação de Ativos Financeiros		Variação de Passivos Variações do Patrimônio Líquido . Variações do PL resultantes de poupança e de transferências de capital . Variações do PL resultantes de correção monetária . Outras

Fonte: Araujo (1998).

Os fluxos financeiros constantes na TOF podem ser apresentados de modo mais aberto através das tabelas TOF tridimensionais, também denominadas tabelas *qui-à-qui*. Nesse tipo de apresentação, explicita-se *quem financia quem e através de que instrumento financeiro*. Ou seja, para cada instrumento financeiro são identificados os fluxos entre setores institucionais credores e devedores. Um exemplo de tabela *qui-à-qui* é apresentado no próximo item, na Tabela 3.

Os totais de cada tabela *qui-à-qui* correspondem às linhas da TOF, tanto para as informações de crédito quanto para as de débito. O quadro tridimensional das operações financeiras reúne um certo número de matrizes de relações entre setores, uma para cada tipo de instrumento financeiro. Como essa apresentação não é necessariamente útil para a efetiva apresentação dos dados, podem ser preferíveis outras formas para publicação.

Por exemplo, uma classificação detalhada dos instrumentos financeiros combinados com uma classificação dos setores pode ser cruzada duas vezes com a classificação dos setores, com o objetivo de evidenciar, por um lado, as variações nas posições devedoras dos setores devedores e, por outro lado, as variações nas posições credoras dos setores credores.

Em resumo, em comparação com a apresentação feita das contas financeiras nas Contas Econômicas Integradas, isto significa introduzir uma distinção por setores nas posições da classificação dos instrumentos financeiros quando relevante.

A apresentação em quadros dos estoques de ativos e passivos financeiros também é muito útil para a análise financeira. Como no caso das operações sobre instrumentos financeiros, estes quadros podem evidenciar simplesmente a posição dos

ativos e a dos passivos dos vários setores sem indicação de qual o setor que é o credor ou o devedor dos outros setores. Além disso, para permitir uma melhor análise, podem ser elaborados quadros tridimensionais mostrando a relação “de quem a quem” para cada tipo de instrumento financeiro. A apresentação desses quadros é exatamente a mesma que a dos quadros de operações de fluxos financeiros, exceto que os ativos/passivos substituem as variações nos ativos/passivos e a posição financeira líquida de cada setor figura em lugar da sua capacidade/necessidade de financiamento líquida.

2.3 – Um exemplo com setores institucionais brasileiros¹²

Para se entender melhor como se relacionam as informações financeiras entre si e com o lado real da economia, cabe a apresentação de um exemplo, tendo por base as Tabelas 2 e 3. Os valores apresentados são fictícios, mas a base metodológica e a divisão em setores institucionais obedecem aos procedimentos efetuados no Bacen¹³. Para facilitar a apresentação, os setores institucionais e os instrumentos financeiros estão registrados de forma agregada.

Inicialmente, podemos observar que as necessidades de financiamento das famílias (NFF), seguradoras (NFS) e das instituições financeiras (NFIF), somadas às das empresas não-financeiras (NFE), às administrações públicas (NFG) e ao resto do mundo (NFRM) totalizam-se em zero: $NF = NFE + NFIF + NFS + NFG + NFF + NFRM = 0$.

Tabela 2: Tabela de Operações Financeiras: um exemplo

VARIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS							INSTRUMENTOS FINANCEIROS	VARIÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS						
S10	S20	S30	S40	S50	S60	Total		S10	S20	S30	S40	S50	S60	Total
0	750	0	0	0	-200	550	F1 - Meios de Pagamento Interacionais	0	60	0	0	0	490	550
1.005	900	-10	150	5.000	80	7.125	F2 - Meios de Pagamento Nacionais	0	7.125	0	0	0	0	7.125
1.800	-235	25	-30	2.755	570	4.885	F3 - Depósitos Não-Monetários	1.500	3.155	0	260	0	-30	4.885
700	2.400	0	150	1.600	-500	4.350	F4 - Títulos de Renda Fixa	1.235	2.350	0	950	0	-185	4.350
4.500	1.800	40	0	2.430	1.300	10.070	F5 - Títulos de Renda Variável	2.050	5.500	0	0	0	2.520	10.070
-200	14.500	60	40	0	4.700	19.100	F6 - Empréstimos e Financiamentos	2.540	2.900	2.350	4.560	6.700	50	19.100
1.250	7.000	0	30	-15	600	8.865	F7 - Créditos Comerciais	-300	4.250	90	1.700	2.900	225	8.865
0	0	0	0	3.500	0	3.500	F8 - Provisões Técnicas de Seguros	0	1.600	1.900	0	0	0	3.500
9.055	27.115	115	340	15.270	6.550	58.445	Total	7.025	26.940	4.340	7.470	9.600	3.070	58.445
					-3.480	-3.480	Capacidade(+)/Necessidade de Financiamento(-)	2.030	175	-4.225	-7.130	5.670		-3.480

Fonte: Goldenstein (1997).

Obs: S10 – Empresas não Financeiras; S20 – Instituições de Crédito e Financiamento; S30 – Empresas de Seguros; S40 – Administrações Públicas; S50 – Famílias; S60 – Resto do Mundo.

12/ Essa seção toma por base o texto de GOLDENSTEIN, S. (1997).

13/ A quem cabe compilar os dados dos setores financeiro e externo. Em ARAÚJO, M. S. (1998) encontra-se uma abertura mais detalhada de setores e instrumentos financeiros para o caso brasileiro.

Para os valores do exemplo: NFE = -2.030, NFIF = -175, NFS = 4.225, NFG = 7.130; NFF = -5.670, NFRM = -3.480; onde os valores negativos denotam diferentes capacidades de financiamento setoriais, obtém-se para a totalidade da economia nacional uma necessidade de financiamento de \$3.480, igual à capacidade de financiamento do resto do mundo. Esses \$3.480 representam, em termos líquidos, um acréscimo dos ativos do setor externo, basicamente representado pelo instrumento F6 – Empréstimos e Financiamentos, que apresentou variação líquida de \$4.650 (4.700-50).

Verifica-se, também, que o total dos Meios de Pagamentos Nacionais (F2) aumentou em \$7.125, em decorrência basicamente do aumento da circulação monetária fora dos setores monetários, sendo que o setor Famílias (S50) teve um aumento de \$5.000 e as Empresas não Financeiras (S10) de \$1.005. Pode-se constatar, ainda, uma grande expansão dos Empréstimos e Financiamentos (F6) por parte das Instituições de Crédito e Financiamento (S20), de \$14.500. As Administrações Públicas (S40) viram seu passivo aumentado em \$7.470, ressaltando-se o aumento do endividamento em razão da variação positiva de Empréstimos e Financiamentos (F6) no valor de \$4.560.

Ao se utilizar uma TOF com um nível maior de desagregação, pode-se acompanhar a variação na base monetária. Já as variações dos passivos monetários do Banco Central e das outras instituições monetárias correspondem à variação dos meios de pagamento.

Para se ilustrar a apresentação da TOF sob a forma de *qui-à-qui*, a Tabela 3 mostra, para o instrumento financeiro Empréstimos e Financiamentos (F6), os fluxos entre setores credores e devedores. Esses números são compatíveis com os apresentados na Tabela 2. Podemos, desse modo, comparar os dados de ambas as tabelas e verificar que os totais de cada coluna, da Tabela 3, correspondem aos valores apresentados na linha do instrumento F6, lado esquerdo da Tabela 2. Simetricamente, os totais de cada linha da Tabela 3 rebatem na linha da posição devedora (variação dos passivos) da TOF para o mesmo instrumento.

Tabela 3: Qui-à-qui: um exemplo
Instrumento Financeiro F6 - Empréstimos e Financiamentos

Setores Devedores	Setores Credores						Total
	S10 – Empresas não Financeiras	S20 – Instituições de Crédito e Financiamento	S30 – Empresas de Seguro	S40 – Administrações Públicas	S50 – Famílias	S60 – Resto do Mundo	
S10	0	2.510	30	0	0	0	2.540
S20	-200	0	0	40	0	3.060	2.900
S30	0	2.350	0	0	0	0	2.350
S40	0	4.560	0	0	0	0	4.560
S50	0	5.060	0	0	0	1.640	6.700
S60	0	20	30	0	0	0	50
Total	-200	14.500	60	40	-200	4.700	

Tomando ainda por base a Tabela 3, temos que o total de fluxos de créditos do instrumento Empréstimos e Financiamentos, realizados pelo setor S20 – instituições financeiras, é de \$14.500, dos quais \$5.060 são destinados ao setor S50 – famílias. Por outro lado, observamos que o mesmo setor S20 recebeu \$3.060 do setor S60 – resto do mundo.

Uma TOF que considere a configuração institucional do Sistema Financeiro Brasileiro pode apresentar o setor Instituições de Crédito e Financiamento (S20) composto pelos seguintes subsetores: Banco Central, Banco do Brasil, Sistema Financeiro de Curto Prazo (Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais e Cooperativas de Crédito), Sistema Financeiro de Habitação (CEF, Caixas Econômicas Estaduais e

Sociedades de Crédito Imobiliário), Sistema de Desenvolvimento (Bancos de Desenvolvimento, BNDES e Finame), Bancos de Investimento, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Sociedades de Arrendamento Mercantil, Sistemas de Intermediação e Administração de Títulos e Valores Mobiliários (Corretoras, Distribuidoras, Fundos de Investimento e Serviços Auxiliares Financeiros) e Empresas em Regime Especial.

O procedimento para a montagem desse tipo de estatística toma como fontes primárias de dados o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e o Plano Geral de Contas do Banco Central (PGC). A partir dos balancetes consolidados por subsetores das instituições financeiras, cada título contábil do ativo e do passivo deve ser classificado por instrumento financeiro e setor de contrapartida (setor contra o qual é feita a operação financeira). Após uma série de tratamentos estatísticos e cruzamentos de informações com o lado real da economia, os dados dos balancetes são transformados em contas nacionais, chegando-se na TOF.

2.4 – Usos potenciais do MFF

O conjunto das operações financeiras representadas na TOF se associa àquelas contas que, no lado real da economia, refletem a produção de bens e serviços e a distribuição e utilização da renda, através do saldo da conta de capital, para cada setor institucional. A coerência que se estabelece com essa integração torna a MFF uma fonte de estatística superior às demais conhecidas. Por seu intermédio, pode-se analisar de que modo a criação da moeda se canaliza pelo sistema financeiro, e como se dá a adaptação da oferta à demanda de capitais.

Além da finalidade básica de fornecer informações para a elaboração do sistema de contas nacionais, vale destacar, dentre o conjunto de aplicações, os seguintes usos:

- a) fonte de dados;
- b) obtenção de coeficientes técnicos fixos;
- c) projeções de curto prazo para fluxos financeiros;
- d) fonte de planejamento de médio e longo prazo da economia;
- e) instrumento de análise para a Autoridade Monetária.

Como fonte geradora de dados, a tabela permite melhor visibilidade da estrutura do mercado financeiro, bem como suas relações com os demais setores da economia. Além disso, sua construção, por necessitar informação básica em maior detalhe das transações financeiras ocorridas no sistema econômico, exige maior refinamento e qualidade em sua obtenção, contribuindo assim para o aprimoramento das estatísticas de base em geral, e das estatísticas financeiras, em particular.

A segunda forma de aplicação é dada pela possibilidade de estabelecerem-se vínculos entre usos específicos e fontes determinadas de financiamento. Esses vínculos, obtidos pelo cálculo de coeficientes técnicos fixos, no modo e concepção similares ao quadro insumo-produto, permitem avaliar o grau de estabilidade no comportamento de determinada instituição ou setor na busca de financiamento, vale dizer, a proporção relativamente estável que cada fonte financiadora representa no total de crédito procurado.

Outra aplicação está na possibilidade de construírem-se projeções de curto prazo para os fluxos financeiros. A TOF, pela sua concepção, permite a articulação entre os resultados obtidos do lado real da economia, envolvendo produto, renda e despesa, e os resultados oriundos das atividades do sistema financeiro, em particular seu padrão de intermediação. Aqui, projeções de curto prazo permitem avaliar as implicações mais prováveis das principais previsões de expansão monetária, alterações na liquidez e nos níveis das taxas de juros. Naturalmente, a base de dados mais adequada a esse tipo de projeção deve ter por base uma periodicidade menor, trimestral, por exemplo, o que faz com que se trabalhe com dados ainda não consolidados com o lado real.

Uma quarta aplicação é a de fonte de planejamento de médio e longo prazo da economia, tal como a percepção de eventuais estrangulamentos, em termos de fontes de financiamento, para os investimentos desejados.

Finalmente, no âmbito da Autoridade Monetária, a TOF fornece um quadro bastante amplo das operações, ao permitir a verificação dos principais fluxos monetários e financeiros, constituindo, portanto, uma poderosa ferramenta de auxílio na formulação, gerenciamento e avaliação das políticas monetária, de crédito e cambial. O conhecimento do comportamento financeiro dos agentes econômicos e da distribuição dos haveres financeiros entre eles permite uma melhor avaliação de cada um em face das mudanças na política econômica. Como exemplo, a análise das alterações ocorridas nas carteiras das diversas instituições financeiras pode servir como indicador não só dos rumos que a taxa de juros deve tomar, como também pode mostrar de que modo as remunerações líquidas das aplicações estão influenciando a distribuição dos recursos entre os agentes econômicos. Da mesma forma, pode-se avaliar prováveis implicações da expansão monetária, efetuar análises de liquidez e de equilíbrios setoriais, e analisar a forma como se dá a adaptação da oferta à demanda de capitais.

A identificação de agregados monetários (M1, M2, M3, etc.) não se dá diretamente na TOF. Faz-se necessária uma tabela intermediária, a *Tableau des Financements et des Placements* (TFP), para se chegar a esses agregados. Ainda assim, a TOF, em função do detalhamento e qualidade da informação fornecida, pode representar principalmente para as autoridades de governo um poderoso instrumento de programação monetária e financeira, sendo também de grande valia para pesquisadores e agentes econômicos.

3. Questões metodológicas e harmonização de sistemas

A construção de um sistema contábil que incorpore fluxos financeiros traz, *per se*, dificuldades e dúvidas de ordens diversas. Pode-se daí inferir a dificuldade de tornar compatíveis diferentes sistemas contábeis que tragam esse tipo de informação. O caso das contas financeiras, com a explicitação de considerações metodológicas, deve nos permitir avaliar esse caminho e seus possíveis ganhos.

Por outro lado, se o SCN fornece uma metodologia comum de modo a tornar compatíveis as estatísticas dos diversos países, isso não implica que os países devam ser capazes de fornecer o conjunto completo de informações que o sistema abarca. Além disso, as características específicas a cada economia podem fazer com que a ênfase sobre a forma de se apresentar os diversos fluxos ocorra de formas diversas.

Ao avaliarmos as questões envolvidas no desenvolvimento da contabilidade financeira, podemos ter uma idéia da dificuldade em se montar um sistema que incorpore não apenas as contas financeiras, mas também outros componentes do sistema, considerando em particular a necessidade de harmonização. O processo de revisão do SCN 1968 serve de estudo de caso que ajuda a explicitar esse processo.

A incorporação de sistemas como o do FMI em um sistema mais geral mostra-se presente nesse debate, cabendo apresentar resumidamente suas principais características. Podemos verificar que esse tipo de dilema também se apresenta no Brasil, com o IBGE procurando seguir o preconizado pelo SCN e o Banco Central acompanhando a metodologia proposta no arcabouço da contabilidade do FMI.

3.1 – Identificando questões

Tendo por referência o desenvolvimento metodológico da MFF, podemos listar algumas das questões que afetam esse processo. Deve-se ter em mente que a opção por uma abordagem ou outra implica em maiores ou menores custos de construção dessa base estatística. Entre os pontos de dúvida estão:

- a) a adoção ou não de um modelo teórico a priori na elaboração da contabilidade financeira;
- b) os problemas associados à valorização dos haveres financeiros;
- c) o tratamento dos fluxos: líquidos ou brutos?;
- d) a setorização adotada;
- e) os tipos de instrumentos financeiros considerados.

A forma de tratamento e apresentação dos dados financeiros não está condicionada apenas à forma ótima para sua utilização, qualquer que seja o enfoque teórico adotado. A viabilidade prática de obtenção da MFF também deve ser considerada, em especial quando se deseja um grau elevado de detalhamento do sistema. Esta é uma questão de fundo que está presente em todos os pontos citados anteriormente.

Abordando a primeira questão levantada, Neuhaus (1977) observou, a partir de um levantamento de estudos sobre as contas financeiras de diversos países, a existência de dois tipos de matrizes: as “abertas”, em que não se adota vinculação com qualquer modelo ou teoria financeira explícita, com os dados agrupados por categorias; e as “pré-condicionadas”, em que a contabilidade financeira é elaborada a partir de hipóteses teóricas explícitas, ou visando à análise de problemas econômicos específicos.

Outra questão centra-se nos problemas de valoração de haveres financeiros. Isso decorre do fato de certos haveres poderem ser registrados de maneira diversa, conforme se considere a ótica do setor detentor ou emissor. Geram-se assim discrepâncias no registro contábil desses fluxos medidos a partir de estoques¹⁴.

14/ Para os fluxos diretamente observáveis no mercado não há maiores problemas – eles devem ser registrados pelos valores de transação em que se efetuaram.

O *timing*, momento em que se registra a transação, é um elemento que pode gerar discrepâncias no registro entre setores emissores e detentores de haveres. Nesta categoria enquadram-se: (i) elementos de *float*, ou seja, diferenças de sincronização no lançamento de uma operação que, em princípio, será registrada pelo mesmo valor tanto pelo credor como pelo devedor; e (ii) diferenças de ótica entre transações pertinentes às contas nacionais, computadas sob o regime de competência, e as transações financeiras, sob o regime de caixa.

Outro ponto de discussão refere-se ao tratamento dos fluxos de modo bruto ou líquido. Transações em ativos e passivos financeiros durante um período contábil podem ser registradas de acordo com várias gradações de *netness*. Pode-se optar por fluxos brutos em que as aquisições e disposições de cada ativo financeiro e as emissões e resgates de cada obrigação, por unidade econômica, são mostrados.

O critério de setorização a ser adotado é outro tema passível de dúvidas. A homogeneidade das transações que integram cada setor é, em geral, o principal critério. Contudo, procura-se preservar o maior grau de compatibilidade entre a setorização da MFF e a das contas nacionais, permitindo integração entre fluxos reais e financeiros.

Outro princípio fundamental de setorização é o de que os ativos sob um único controle não devem ser separados entre dois ou mais setores. É o caso, por exemplo, das empresas familiares e entidades agrícolas, em que este princípio apresenta conflito com o da homogeneidade. O problema é contornado pela adoção de convenções como, por exemplo, a de incluir as empresas familiares no setor família, sacrificando, contudo, a precisão de conceitos. No SCN 1993, a título de exemplo, é feita uma divisão das chamadas Sociedades Financeiras em seis grupos (ONU, 1993):

- a) Banco Central;
- b) outras sociedades de depósito;
 - b.1) depósito monetário
 - b.2) outras
- c) outros intermediários interfinanceiros;
- d) auxiliares financeiros;
- e) sociedades de seguros fundos de pensões.

A classificação de instrumentos financeiros incluídos na MFF também deve obedecer a critérios gerais, em especial os de homogeneidade e o de importância das transações incluídas em cada rubrica. No critério homogeneidade, costuma-se agrupar ativos que se assemelham quanto à liquidez, ao prazo de vencimento, ao setor de emissão, ao objeto de financiamento, à cotação ou não em Bolsa, à subscrição voluntária ou compulsória, etc. Na prática, a classificação dos instrumentos envolve certo grau de arbitrariedade, na medida em que alguns dos critérios mencionados são pouco rigorosos, ou na medida em que certo ativo seja candidato em potencial à inclusão em mais de uma linha de matriz.

O grau de abertura da matriz, sua forma de apresentação, é passível de um amplo leque de discussão. Desde os que defendem um maior detalhamento, até os que, pragmaticamente, preferem viabilizar a matriz paulatinamente. Um enfoque teórico que requirite um tratamento metodológico compatível deve ter um forte apelo para que se justifiquem os custos associados.

Mesmo com critérios e abordagens distintas, associadas à forma de tratamento dado a alguns dos pontos levantados neste item, os sistemas estatísticos possuem uma trajetória de harmonização, conforme se verá a seguir.

3.2 – A revisão do SCN 1968: antecipando novas necessidades

As contas nacionais têm sempre ocupado uma posição central nas estatísticas econômicas porque os dados provenientes dos sistemas mais especializados, tais como o balanço de pagamentos ou as estatísticas das forças de trabalho, têm de ser utilizados em conjunto com os dados das contas nacionais. A consistência entre os diferentes sistemas aumenta a utilidade analítica de todas as estatísticas envolvidas. A harmonização do SCN e dos sistemas estatísticos relacionados, tais como as estatísticas financeiras ou as estatísticas do balanço de pagamentos, foi uma das forças indutoras da revisão do Sistema.

A publicação do *Sistema Ampliado de Contas Nacionais Francês*¹⁵ em 1976 é uma referência importante no processo de revisão do SCN 1968, antecipando muito do que seria proposto no SCN 1993. O enfoque sobre usos e recursos dos agentes (setores institucionais) em cada uma das contas do sistema, por tipo de operação, fornece uma visão ampla e rica de todo sistema econômico. Desse modo, uma conta pode ser definida como o cruzamento de uma nomenclatura de operações, ou de tipos de ativos, e outra de grupo de unidades. O *Tableau Economique d'Ensemble* (TEE) apresentado no SECN é uma contribuição importante para o sistema contábil, sendo o seu correspondente no SCN as Contas Econômicas Integradas. De fato, o enfoque dimensional operações x unidades é bastante explorado pelo SCN.

Após o desenvolvimento de Sistemas como SECN e o SEC, a Comissão de Estatística das Nações Unidas começou, no início de 1981, um trabalho com o fim de clarear e atualizar objetivos para reunião que se realizaria em 1983. Em março de 1982, convocou-se outro grupo de especialistas para rever o desenvolvimento do SCN. Identificaram-se questões ligadas à clareza e à atualização do SCN, e também à harmonização com sistemas estatísticos conexos, tais como o Balanço de Pagamentos ou as classificações das atividades. Propôs-se assim, em 1983, a criação de um grupo permanente para levar adiante os estudos. Esse grupo foi constituído em 1986, mas não se adotaram modificações no SCN 1968.

Vanoli (1991) aponta razões para esse atraso no processo de revisão, de seu início de fato em 1983, até sua publicação em 1993. Em primeiro lugar, a lista de questões a serem consideradas era impressionante, por seu tamanho e complexidade. Não cabia também uma antecipação da revisão uma vez que muitos países, em especial os localizados em regiões ainda em desenvolvimento, não tinham, no início da década de 80, sequer adotado o SCN 1968. As modificações poderiam perturbar a adoção do sistema ainda corrente. O surgimento de novas questões tornava também necessárias novas discussões.

15/ O *Système Élargi de Comptabilité Nationale Français* – SECN (INSEE, 1987) é um marco para a Contabilidade Nacional da França, pois introduziu o país no Sistema Internacional, com a integração das Contas de Patrimônio. Curiosamente, a passagem do antigo sistema de contas francesa ao SECN foi interpretada por alguns como um triunfo das influências estatizantes e socialistas e por outros como um marcante do liberalismo internacional (VANOLI, A., 1991). Por parte dos outros países da Europa havia a proposta do sistema regional: o SEC – Sistema Europeu de Contas Econômicas Integradas.

Os pontos para debate eram: (i) taxas elevadas de inflação em numerosos países; (ii) a crise da dívida externa nos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD); (iii) a instalação de sistema de taxas de câmbio múltiplas; (iv) o aumento do subsídio ao consumo nos PVD e Países de Economia Centralizada (PEC); (v) a transformação dos sistemas financeiros e multiplicação de inovações nessa área; (vi) as preocupações associadas ao meio ambiente e, por fim; (vii) o surgimento de problemas com a passagem dos PEC para o sistema de economia de mercado¹⁶.

A crise financeira das Nações Unidas e o enfraquecimento de seu grupo de estatística tornaram também necessária uma colaboração entre as principais organizações internacionais interessadas, constituindo-se um grupo intersecretariado da ONU, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comunidade Econômica Européia (CEE), FMI e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Esse novo arranjo não permitiu apenas um adensamento das discussões, mas também uma maior harmonização das recomendações estatísticas.

Nesse contexto, Vanoli (1991) identifica quatro objetivos principais no processo de preparação do SCN 1993: (i) permitir comparações entre as estatísticas nacionais; (ii) ser flexível, permitindo sua adaptabilidade a qualquer país; (iii) servir como quadro de coordenação entre as diversas fontes estatísticas; e (iv) permitir a harmonização de diferentes sistemas estatísticos.

No que se refere às comparações internacionais, o SCN é o sistema utilizado para comunicar às organizações internacionais ou supranacionais os dados das contas nacionais que respeitam um padrão, internacionalmente aceito, de conceitos, definições e classificações. Os dados obtidos são amplamente utilizados para comparações internacionais dos principais agregados, tais como o PIB ou o PIB *per capita* e também para comparações sobre as estatísticas estruturais, tais como as participações de investimento, de impostos ou despesas públicas em relação ao PIB.

Embora as organizações internacionais utilizem o SCN para poderem recolher dados sobre contas nacionais internacionalmente comparáveis, o SCN não foi criado para este fim. Tornou-se um sistema padrão ou universal utilizado com pequenas ou nenhuma alteração pela maioria dos países do mundo para fazer face aos seus próprios objetivos nacionais.

Os institutos nacionais de estatística e os serviços da administração pública, em função de seu interesse muito forte e fundamentado em garantir que o SCN satisfaça os seus próprios interesses de análise e de formulação de políticas, têm desempenhado um papel ativo no desenvolvimento do Sistema.

Quanto à flexibilidade de desenvolvimento e utilização, o SCN foi concebido para ser suficientemente completo para que cada país, qualquer que seja a sua estrutura econômica, sistema institucional ou nível de desenvolvimento, possa selecionar as partes do Sistema que sejam consideradas mais relevantes e úteis de desenvolver, à luz das suas próprias necessidades e capacidades. O SCN pressupõe um desenvolvimento em que as contas e os quadros, classificações e divisões em setores não sejam consideradas como fixas. A utilização flexível das classificações

16/ De fato, foram necessárias 14 reuniões do grupo de peritos para a revisão do SCN (junho/1986 a outubro/1992).

não altera os conceitos e definições elementares do Sistema. Contudo, a flexibilidade pode ser levada mais adiante por meio do desenvolvimento de *contas satélite* que estejam intimamente ligadas ao Sistema principal, mas que não são obrigadas a empregar exatamente os mesmos conceitos ou a restringir-se a dados expressos em termos monetários. As contas satélites pretendem cumprir determinados objetivos, tais como o acompanhamento da saúde da comunidade ou da situação do meio ambiente. Podem também ser utilizadas para explorar novas metodologias e para testar novos procedimentos contábeis que, quando integralmente desenvolvidos e aceitos, possam ser absorvidos pelo Sistema principal no seu devido tempo, da mesma forma que o foi, por exemplo, a análise de entradas e saídas.

Um outro aspecto em que o Sistema pode ser desenvolvido com flexibilidade é através da apresentação dos dados das contas na forma de uma *matriz de contabilidade social*, com o objetivo de melhor servir análises específicas e necessidades políticas. Tais matrizes não devem ser construídas como se constituíssem sistemas diferentes, mas como formas alternativas de apresentar a massa de informação contida no Sistema, a qual muitos usuários e analistas consideram mais informativa e potente tanto para o acompanhamento como para a modelização do desenvolvimento econômico e social.

O Sistema também tem uma importante função estatística servindo como um quadro de coordenação para as estatísticas econômicas em dois sentidos diferentes: primeiro, como um quadro conceitual para assegurar a consistência das definições e classificações utilizadas em diferentes, mas relacionados domínios da estatística e, segundo, como um quadro contábil de referência para assegurar a consistência numérica dos dados provenientes de diversas fontes, tais como os censos junto à indústria e às famílias, as estatísticas do comércio e dados de outras fontes administrativas.

Finalmente, quanto à harmonização entre sistemas estatísticos diferentes, há necessidade de o relacionamento dos sistemas estatísticos ser tão consistente quanto possível, no que se refere aos conceitos elementares, definições e classificações. As revisões dos outros sistemas estatísticos foram conduzidas em paralelo, e em estreita articulação, com a revisão do SCN, de modo a eliminar diferenças conceituais entre elas, para além de pequenas exceções que podem ser especificamente justificadas em termos das características especiais dos diferentes tipos de dados ou dos requisitos específicos de diferentes tipos de usuários. Essa harmonização entre o SCN e os outros principais sistemas tem sido muito bem sucedida e tem sido conseguida através de alterações tanto no SCN como nos outros sistemas.

Devido ao envolvimento ativo do FMI na revisão do SCN, o processo de harmonização foi particularmente eficaz no que se refere às estatísticas do balanço de pagamentos, estatísticas das finanças públicas e estatísticas monetárias e financeiras, pelas quais o FMI é responsável. As revisões de cada um destes três sistemas são levadas adiante pelo FMI numa perspectiva não só de atualização destes sistemas, mas também para torná-los, o mais possível, consistentes com o SCN.

Nesse processo de integração de sistemas, a busca pela harmonização do sistema do FMI com o SCN reflete a participação conjunta no desenvolvimento do SCN 1993, conforme visto anteriormente. Para melhor entender esse processo, é interessante descrever sucintamente as características principais da contabilidade do FMI.

3.3 – O sistema de contas do FMI

O Sistema de Contas do FMI compõe-se de três “subsistemas” não integrados, que abrangem a contabilidade macroeconômica mais afeta à missão do FMI e considerados relevantes para seus objetivos de política e enfoque teórico adotados¹⁷. São essas áreas a de estatística de balanço de pagamentos (*Balance of Payments Statistics*, BOPS), a relativa às contas de governo (*Government Finance Statistics*, GFS) e a associada às contas financeiras (*Money and Banking Statistics*, MBS). Em que pesem as diferenças metodológicas entre esses sistemas e o SCN, trata-se de um sistema de estatísticas muito difundido e adotado por muitos países no mundo¹⁸.

A já citada participação de membros do Departamento de Estatística do FMI nas reuniões de avaliação e revisão do SCN 1968 teve particular ênfase nas melhorias metodológicas associadas à questão da harmonização. Isso foi particularmente importante pelo fato de os principais sistemas estatísticos do FMI cobrirem em detalhes três grandes setores macroeconômicos do SCN¹⁹.

O manual de balanço de pagamentos do FMI (*Balance of Payments Manual*, BPM) teve sua primeira edição em 1948, sendo sua penúltima versão a de 1977²⁰. Apesar de a relação entre os dois sistemas, o SCN 1968 e a BOPS, ser aparentemente clara, o apêndice C do BPM notava, então, a existência de muitos problemas práticos que desencorajavam a tarefa de harmonização. Contudo, o desenvolvimento do tratamento estatístico permitiu que esses dois sistemas fossem inter-relacionados. Com a publicação da última versão do BPM (FMI, 1993)²¹ obteve-se significativo avanço na harmonização dos dois sistemas.

A publicação *A Manual on Government Finance Statistics* (GFSM) discute em detalhes as relações entre o GFS e o SCN²², fornecendo tabelas detalhadas de transição entre os dois sistemas²³. As principais diferenças entre os dois sistemas estão: (i) no regime de contabilização; (ii) na existência de interligação entre as contas, ou não; e (iii) na forma de classificação de taxas e subsídios praticados. Por sua vez, o manual para as transações financeiras (*A Guide to Money and Banking Statistics in International Financial Statistics*, MBS Guide) contém uma seção separada para identificar as relações entre o MBS e o SCN (FMI, 1984)²⁴.

17/ KUMAH, E. O. (1991) sobre esse ponto diz: “O enfoque monetário do balanço de pagamentos forma a base da estrutura da programação financeira do FMI, e tem sido aplicado nos trabalhos operacionais do Fundo em muitos países”.

18/ Considerando o MBS, em seu conceito de moeda, tem-se um foco na relação entre as posições domésticas e externas das instituições bancárias. Ao fornecer um conjunto de agregados analíticos, facilita-se a integração das análises para moeda, crédito e balanço de pagamentos, o que permite uma interligação entre os setores acompanhados; e isso para mais de 150 países (DUBLIN, K. G., 1991).

19/ Os dados correspondentes a esses três sistemas formam parte da principal publicação estatística do Fundo, o *International Financial Statistics* (IFS).

20/ Correspondente à quarta edição (FMI, 1977).

21/ Esta última versão expandiu e reestruturou a cobertura dos fluxos e estoques financeiros e as transações internacionais de serviços. Em complemento ao Manual, o Fundo publicou mais dois documentos que servem de apoio à compilação de dados (FMI, 1995 e 1996).

22/ FMI (1986), em seu capítulo 5.

23/ Também presentes em ONU (1988).

24/ Trata-se de uma versão não publicada até então e citada como referência em GALBIS, V. (1991). A proposta de um manual para as estatísticas financeiras está em FMI (1993b).

Galbis (1991) observa que as inter-relações básicas entre os principais sistemas estatísticos do FMI e o SCN são facilmente percebidos pela perspectiva das contas de fluxo de fundos (*Flow-of-Funds Accounts, FOFA*), que pode ser visto como um componente mais amplo do SCN. Essas contas contêm um sistema fechado de fluxos financeiros entre agentes por tipo de transação financeira e também conecta os fluxos financeiros com os excedentes (poupanças líquidas) e déficit (empréstimos líquidos), sendo resultado das contas de produção (não financeira), renda, e distribuição do SCN. Nesse sentido mais amplo do SCN, a *FOFA* apresenta-se como um sistema fechado de contas, uma vez que pode, no agregado, ser especificada por um conjunto completo de equações.

Ainda dentro desse enfoque amplo da *FOFA*, pode ser mostrado que os três sistemas do FMI correspondem a três macro-setores do SCN (Resto do Mundo, Governo e Financeiro). Os benefícios na harmonização do Sistema de Contas do FMI com o SCN estão na eliminação de diferenças metodológicas e da duplicação de esforços na compilação de dados estatísticos.

Para Dawson, o enfoque de integração dos três sistemas de contas do FMI deveria ser em direção à montagem de uma Matriz. Na medida em que os sistemas padrão do FMI não são harmonizados, a articulação dessas contas nos diversos países fica mais difícil. Como horizonte, talvez com o passar do tempo, “as vantagens analíticas de um enfoque de contabilidade social possa ser persuasivo em se mover em direção à harmonização: tudo considerado, os problemas com os quais o Fundo lida geralmente são associados às inter-relações entre esses três setores” (Dawson, 1991, p. 396).

4. Contas financeiras: o caso brasileiro

A evolução no tratamento de contas ocorrida no Brasil seguiu a experiência internacional. Na divisão de tarefas, enquanto o Bacen é o responsável pela contabilidade das contas financeiras, o IBGE fica a cargo da tarefa de compilação, análise e divulgação das informações. Operacionalmente, cabe ao IBGE cuidar das informações relativas ao lado real da economia, dando prosseguimento aos trabalhos da Fundação Getúlio Vargas (FGV)²⁵.

A maior parte dos países que adotaram o sistema de Contas Econômicas Integradas delegou aos seus bancos centrais o encargo ou a contribuição na elaboração das contas financeiras. No caso brasileiro, o interesse do Bacen vem desde a década de 70, com atuação mais formal a partir de 1987.

A primeira tentativa de apuração de uma MFF no Brasil já foi sob gerenciamento do Bacen²⁶. Essa primeira versão (Bacen, 1973) teve um caráter exploratório das possibilidades do novo instrumento. Foi dada ênfase à metodologia de agregação dos dados da economia por setores e por instrumentos financeiros, separados por seu grau de

25/ Uma descrição mais detalhada da evolução do trabalho em contas nacionais no Brasil, desde a segunda metade da década de 40, está em ARAÚJO, M. S. (1998), capítulo 4.

26/ Cabe citar trabalho desenvolvido na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que, já em 1955, propunha que a contabilidade nacional incorporasse o sistema de fluxo de fundos, cobrindo as estatísticas monetárias (GOMES JR., E.S., 1955).

liquidez. Não se fez, contudo, a ligação das operações pelas quais ocorre a transferência de poupança com as contas de poupança e de formação de capital. Apesar da precariedade dos resultados, esse exercício permitiu a obtenção de indicadores e análise das relações financeiras entre os setores considerados para um período de 11 anos²⁷.

Constituiu-se no Bacen, em 1976, um grupo de trabalho²⁸ com o objetivo de avaliação dos problemas metodológicos para a montagem da Matriz. Diversos estudos e notas sobre o tema foram produzidos dentro desse escopo (Bacen, 1977). Contudo, o grupo foi desativado antes da montagem de uma matriz piloto, o que era um objetivo inicial.

Apenas em 1985, já com a assessoria francesa, o assunto voltou à pauta do Bacen. O IBGE iniciava entendimentos com o Banco Central no sentido de o mesmo assumir a responsabilidade pela elaboração de séries anuais das contas financeiras das instituições de crédito e das transações com o exterior, bem como pela síntese das contas financeiras dos setores institucionais, através da construção e apresentação de TOF anuais.

Em novembro de 1987, foi firmado convênio definindo atribuições e responsabilidades, do IBGE e do Bacen, na produção de informações econômicas e na elaboração sistemática das contas financeiras dos setores institucionais integrados ao SCN. O objetivo era o de capacitar o corpo técnico brasileiro para a produção de um moderno sistema de Contas Econômicas Integradas. Essa passagem merece destaque. Pela primeira vez buscava-se a incorporação de uma metodologia adotada por outros países e de caráter oficial (sob patrocínio da ONU). Além disso, o encontro com as contas reais tinha que se dar de forma integrada, de modo a se manter a consistência das contas nacionais. A trajetória dos estudos da Matriz passava a ter dois balizamentos: o externo, permitindo a comparação com informações de outros países, e o interno, compatibilizando as contas financeiras, por parte do Bacen, com as contas reais, pelo lado do IBGE.

A dificuldade na obtenção completa de dados de anos anteriores, juntamente com as facilidades decorrentes da existência do censo industrial de 1985, fez com que se decidisse por tomar 1985 como ano inicial para a construção da MFF. Ela serviu de base para o aprendizado da metodologia adotada na França, cujo enfoque era inédito no Brasil. Os diversos sistemas contábeis existentes (multiplicidade de planos de contas), aliada à ainda incipiente informatização no tratamento dos dados, tornou a execução desse trabalho quase que artesanal.

Ao longo de todo o período pós-convênio com o IBGE, foram geradas TOF's para alguns anos. Contudo, os números produzidos eram de caráter provisório, uma vez que não foi realizada a consolidação final com o IBGE, responsável oficial pela divulgação de dados de contas nacionais. A construção das contas financeiras dentro do SCN 1993 procurou, desse modo, compilar os dados das instituições financeiras e do setor externo com o objetivo de integrar essas informações à forma de apresentação da TOF.

27/ Período de 1959 a 1969. Foram obtidos, inclusive, índices analíticos, entre os quais está o de relação entre os fluxos financeiros e o PIB. A título de ilustração, esse valor variou de 0,19 em 1960, para 0,25 em 1963; 0,17 em 1966 e 0,24 em 1969. Essas oscilações pareciam “refletir a própria anormalidade do período observado” (BACEN, 1973, p. 18).

28/ Chamado de Grupo da Matriz, esse grupo foi inicialmente coordenado por Affonso Celso Pastore, substituído em abril de 1976 por Carlos Antônio Rocca. Faziam parte dessa equipe economistas do Ministério da Fazenda, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EPGE), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), além dos do próprio Bacen.

Mais recentemente, em janeiro deste ano, o Banco Central adotou mudança na metodologia de apuração do balanço de pagamentos. O documento *Notas explicativas ao Balanço de Pagamentos compilado de acordo com as normas estabelecidas na quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI* descreve as atualizações trazidas por essa nova versão. Conforme já abordado, essa metodologia já incorpora as recomendações propostas no SCN 1993, uma vez que o FMI foi parceiro importante na revisão do sistema de contas nacionais.

5. Considerações finais

A paulatina integração da MFF no modelo preconizado pela ONU teve na versão de 1993 sua última caracterização e definição. O entendimento desse instrumento contábil, representado pelas contas financeiras, encontra-se hoje fortemente vinculado ao SCN. De fato, a contabilidade financeira se inseriu paulatinamente na evolução dos sistemas de contabilidade nacionais, em suas diversas versões. De uma apresentação incompleta em termos de análise de fluxo de fundos, como na versão do SCN 1953, embora com sucessivos aprimoramentos em suas edições seguintes, até seu desenho mais bem definido no SCN 1968, temos presente a preocupação de se ampliar o escopo do SCN.

A abertura da Conta de Capital permitiu significativos avanços em relação ao que o SCN 1953 fornecia, especialmente com a apresentação de seu espelho financeiro e a separação do setor financeiro dentre os setores domésticos. Ao discutirmos a versão do SCN 1993, definimos o que se entende por MFF dentro desse sistema. Os tipos de apresentações disponíveis, com tabelas TOF e *qui-à-qui*, permitem uma variedade de análises na área macro-financeira.

Naturalmente a construção desse tipo de estatística requer esforço e alocação de recursos, mas os usos potenciais da MFF parecem justificar esse investimento. Como fonte de dados, até como base na preparação de modelos econométricos, tem-se uma ampla gama de possibilidades para pesquisadores em economia.

A recente revisão do manual de Contas Nacionais das Nações Unidas (ONU, 1993) estabeleceu nova proposta explicitada em seu prefácio: apresentar um sistema de contas que, embora mantendo os fundamentos dos anteriores, fosse atualizado, flexível e harmônico. Atualizado, para acompanhar a evolução das economias onde inflação, mudanças no papel do governo, desenvolvimento das comunicações e da informática, maior complexidade das instituições e dos mercados financeiros e a crescente preocupação com o meio ambiente direcionassem a adaptação dos conceitos e as mudanças metodológicas. Flexível, para viabilizar sua aplicação tanto em economias que se estão tornando mais complexas quanto naquelas que estão experimentando outros tipos de mudança como a passagem para a economia de mercado. E harmônico, com a incorporação de outros sistemas contábeis.

O debate acerca das questões metodológicas permitiu que se identificassem caminhos de conciliação para sistemas antes isolados. Mostra também a necessidade da adaptabilidade às necessidades específicas de cada país, sem a perda da propriedade de compatibilidade.

A harmonização do SCN e dos sistemas estatísticos relacionados, tais como as estatísticas financeiras ou as estatísticas do balanço de pagamentos, com outros

sistemas internacionais de estatísticas, foi uma das forças indutoras da revisão do SCN. Essa harmonização, a exemplo do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI, foi bem mais significativa do que nos sistemas anteriores.

Análises baseadas em fluxos financeiros necessitam de dados consolidados nessas bases. A despeito de sua evolução inicial, com trajetória distinta da contabilidade nacional tradicional, países como os Estados Unidos e a França conseguiram manter um acompanhamento permanente das estatísticas financeiras, entendidas dentro de um sistema contábil integrado.

No caso brasileiro, procurou-se manter a contabilidade do país próxima ao estado da arte corrente. Apesar de as trajetórias dos sistemas de fluxos de fundos e do sistema de contas de renda e produção serem também convergentes no Brasil, verifica-se que ainda não há uma integração com as outras informações de natureza econômica geradas no país.

Quando adotou o SCN 1993, o IBGE colocou o país *pari passu* com a evolução da contabilidade em contas nacionais utilizadas nos países mais avançados, passando a dispor de um referencial central para seu sistema de contas. O Banco Central, ao divulgar sua contabilidade de contas externas no novo sistema, passa a uma posição mais próxima ao *état d'art*. Seria de interesse para a harmonização dos sistemas de contas que as diversas metodologias se tornassem compatíveis com o proposto pelo SCN 1993, em especial se pensarmos na comparabilidade com as informações oriundas de outros países.

Pode-se prever que, em algum momento, essa trajetória de conciliação e harmonização de sistemas venha a levar nossos órgãos geradores de estatísticas a aplicar metodologias de apuração universalmente aceitas. Poder-se-ia mesmo imaginar o SCN como um grande quadro de coordenação estatística para o Brasil, conforme o objetivo geral do sistema de 1993.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. S. (1998), *Matriz de Fluxo de Fundos: Uma proposta de leitura dos fluxos financeiros*, Rio de Janeiro, Tese DSc., IE/UFRJ, setembro.

BACEN (1973), *Fluxo de Fundos na Economia Brasileira – 1959/1969 – estudo preliminar*, Banco Central do Brasil, boletim mensal, anexo especial, vol. 9, n.º 1, janeiro. (Autoria de J.P.G. Rocha, I.S. Carrara, J.G.S. Caldas e S.M.C. Barbosa).

_____ (1977), *Projeto Matriz de Fluxo de Fundos*, Ministério de Fazenda, Banco Central do Brasil, Fundação Getulio Vargas – EPGE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, Rio de Janeiro, 4 vols.

COPELAND, M. A. (1947), “Tracing Money Flows through the United States Economy”, *American Economic Review* (Supplement), Vol. 37, May.

_____ (1952), *A Study of Moneyflows in the United States*, National Bureau of Economic Research, New York.

DAWSON, John C. (1991), “Flow-of-Funds Accounts, *A System of National Accounts*, and Developing Countries”, *The IMF’s Statistical Systems in the Context of Revision of the United Nations’ A System of National Accounts*, IMF Statistics Department, Ed. by Vincent Galbis, p375-412.

DUBLIN, Keith G. (1991), “Principles of Valuation and Reconciliation Items in the IMF’s Money and Banking Statistics and A System of National Accounts”, *The IMF’s Statistical Systems in the Context of Revision of the United Nations’ A System of National Accounts*, IMF Statistics Department, Ed. by Vincent Galbis, p505-519.

FMI (1977), *Balance of Payments Manual, IMF Bureau of Statistics*, Fourth Edition, Washington.

_____ (1984), *A Guide to Money and Banking Statistics in International Financial Statistics*, IMF Bureau of Statistics, unpublished, Washington.

_____ (1986), *A Manual on Government Finance Statistics*, IMF Statistics Department, Washington.

_____ (1993), *Balance of Payments Manual*, IMF Statistics Department, Fifth Edition, Washington.

_____ (1993b), *Manual on Monetary and Financial Statistics – Annotated Outline*, IMF Statistics Department, August, 57p.

_____ (1995), *Balance of Payments Compilation Guide*, IMF Statistics Department, Washington.

_____ (1996), *Balance of Payments Textbook*, IMF Statistics Department, Washington.

GALBIS, Vicente (1991), “Introduction”, *The IMF’s Statistical Systems in the Context of Revision of the United Nations - A System of National Accounts*, IMF Statistics Department, Ed. by Vincent Galbis, p xiii-xxvii.

GOLDENSTEIN, Sérgio (1997), “A Tabela de Operações Financeiras e o Novo Sistema de Contas Nacionais”, *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, Outubro.

GOMES JR., Eduardo S. (1955), “Estrutura Estatística para Análise Monetária”, *Boletim da SUMOC*, Vol. I, n.º 3, novembro.

INSEE (1987), *Système élargi de comptabilité nationale – base 1980 – methodes*, Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques, les collections de l’insée, N.º 549-550, serie C 140-141, junho, 426p.

KEYNES, J. M.(1936), *The General Theory of Employment, Interest and Money*, 2a. ed., London, Macmillan, 1973; trad. port. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Col. “Os Economistas”, 2a. ed., São Paulo, Abril Cultural, 1985.

_____ (1940), *How to Pay for the War – A Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer*, New York, Harcourt.

KUMAH, Emmanuel O. (1991), “Monetary Concepts and Definitions”, *The IMF’s Statistical Systems in the Context of Revision of the United Nations’ A System of National Accounts*, IMF Statistics Department, Ed. by Vincent Galbis, p427-441.

NEUHAUS, Paulo (1977), “Matriz de Fluxo de Fundos – a experiência internacional”, *Projeto Matriz de Fluxo de Fundos*, vol. 1, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, FGV-EPGE e FIPE.

NUNES, Eduardo P. (1998), *Sistema de Contas Nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil*, Campinas, Tese DSc., Unicamp/IE, maio.

ONU (1953), *A System of National Accounts and Supporting Tables*, Serie F., N.º 2, New York (SCN 1953).

_____ (1968), *A System of National Accounts. Studies and Methods*, Serie F., N.º 2, Rev. 3, New York (SCN 1968).

_____ (1988), *Handbook of National Accounting. Public Sector Accounts. Studies and Methods*, Serie F, N.º 50, New York.

_____ (1993), *System of National Accounts*, UE, FMI, OCDE, ONU, BIRD (SCN 1993).

VANOLI, André (1991), “La révision du Système de Comptabilité Nationale des Nations-Unies (SCN), *Supplément au Courrier des Statistiques*, N.º 58-59, Octobre.